

Indígenas Xavante sofrem
com descaso na saúde

Página 3

Cimi realiza seminário
Terra e Territorialidade

Páginas 6 e 7

Dom Erwin recebe
condecoração da Áustria

Página 13

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXI • Nº 314 • Brasília-DF • Abril - 2009
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



Raposa Serra do Sol

Homologação é contínua

A retomada do julgamento da homologação em área contínua de Raposa Serra do Sol trouxe a vitória para os indígenas da área. Mas com as 19 condicionantes, a luta não pode parar.

Páginas 8 e 9

Êxito da luta dos povos

Com um placar de 10 votos a favor e apenas um contrário, foi concluído hoje o longo julgamento do processo que questionava a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. O julgamento iniciado em agosto de 2008 foi interrompido por duas vezes em consequência de pedidos de vista.

O Conselho Indigenista Missionário congratula-se com todos os povos indígenas do Brasil, em especial da terra indígena Raposa Serra do Sol, por mais uma vitória histórica no processo de consolidação dos direitos territoriais indígenas. O Cimi reconhece que tal êxito se deu pela luta incansável dos povos daquela terra, que por mais de três décadas vêm lutando por seus direitos com o apoio de uma grande rede de aliados e simpatizantes da causa indígena. Para que finalmente a paz possa se reinstalar no meio das comunidades

de Raposa Serra do Sol, o Cimi espera que a retirada dos invasores ocorra de forma imediata, conforme decidido unanimemente pelo STF.

Ao julgar improcedente a Petição nº. 3388, o STF, além de confirmar a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, nos limites e na forma determinada por atos do ministro da Justiça e do presidente da República, também consagrou o entendimento de que a demarcação de terras indígenas deve ser feita de forma contínua, que a demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira não atenta contra a soberania do país e de que a demarcação de terras indígenas não compromete o desenvolvimento de qualquer unidade da federação.

Com o voto do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, foram adotadas várias condições, referentes ao uso da terra pelos indígenas, sobre o ingresso de não índios naquelas terras, sobre atividades de defesa

das Forças Armadas em territórios indígenas, sobre participação de entes federativos nos procedimentos demarcatórios, dentre outros.

O Cimi alerta sobre os riscos que a restrição de direitos pode acarretar, como o acirramento de conflitos em razão da legítima defesa da posse da terra pelos povos e comunidades indígenas.

Manifesta sua compreensão quanto ao respeito à autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios; sobre seu legítimo direito de gestão, decisão e protagonismo nas matérias que lhes dizem respeito.

Por fim, reafirma seu compromisso e apoio ao fortalecimento da organização e da luta dos povos indígenas, na defesa de seus direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam, independente de quaisquer limitações temporais.

Cimi - Conselho Indigenista Missionário



Índio com língua!

A Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE) não parece estar muito empenhada em realizar as Conferências de Educação Escolar Indígena ou mesmo passar informações. Ao ser questionada sobre a participação dos indígenas que moram na cidade uma funcionária da secretaria respondeu: "Nossa prerrogativa é apenas o trabalho com índios de aldeias e índios com língua!" A SEE inventou mais uma categoria: a de índios com língua!

Inauguração

Foi aberto, no dia 29 de março, o Espaço Cultural e de Estudos Indígenas Potiguara, no Jardim Helena, em São Paulo. A iniciativa foi de Josimar Gomes de Lima, indígena Potiguara, estudante de psicologia da PUC de São Paulo pelo programa Pindorama. Seu irmão Severino do Ramo foi um dos primeiros divulgadores do Jornal Porantim em São Paulo. O espaço foi montado com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, para ser um centro de referência cultural para os indígenas da Zona Leste.

Julgamento anulado

O Tribunal de Justiça do Pará anulou, no dia 07 de abril, o julgamento que absolveu o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Ele é acusado pelo Ministério Público do estado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang e aguarda preso nova data do julgamento. A Justiça entendeu que o julgamento deveria ser anulado, porque a defesa usou uma prova ilegal ao exibir um vídeo com o depoimento de outro participante do crime para inocentar o fazendeiro. Na mesma sessão, também foi anulado julgamento de Rayfran das Neves, que foi condenado a 27 anos de prisão como executor de Dorothy. A missionária americana foi executada em fevereiro de 2005, no município de Anapu, no estado do Pará.

ERRATA

Na edição 312 do Jornal Porantim, o texto da página 10 foi atribuído erroneamente a Alaíde Xingu.

MARIOSAN



PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 12/03/2009

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

ISSN 0102-0625

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

Maira Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

Marcy Picanço
EDITORA - RP: 4604/02 SP

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezida
Egon D. Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Maldos
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa
Página 16: Fotos/Arquivo Cimi
com seleção de Aida Cruz

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
Caixa Postal 03.679
CEP: 70.089-970 - Brasília-DF

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura
pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 40,00
Outros Países: US\$ 60,00

Descaso e mortes em Campinápolis no MT

Gilberto Vieira dos Santos
Regional Cimi MT

Entre os meses de janeiro a março de 2009 foram registradas 20 mortes no pólo de saúde indígena de Campinápolis, no Mato Grosso. As principais vítimas são crianças com quadros de desnutrição, desidratação e pneumonia. O pólo atende uma população de 5453 Indígenas Xavante de 96 aldeias (segundo dados do Censo de 2006). As comunidades ficam na terra indígena Parabubure, englobando as microáreas de Koluene, Campina, São Pedro e Parabubure. Num dos casos, uma das crianças que morreu estava desnutrida e com pneumonia, e não havia um veículo para conduzi-la a uma unidade de tratamento. Uma mulher grávida perdeu seu filho, por falta de veículo para socorrê-la. A maioria das vezes, a falha é no atendimento à saúde das comunidades indígenas da região.

Esta situação foi denunciada ao Ministério Público Federal e a população aguarda as providências para garantir a saúde e a vida dos Xavante da região de Campinápolis. Em 2008 aconteceram 57 mortes, sendo a população infantil a mais afetada. Responsável pelo acompanhamento de questões envolvendo povos indígenas, o procurador da República Mário Lúcio de Avelar já solicitou informações para o coordenador da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Mato Grosso, Marco Antônio Stangherlin, no dia 25 de março, concedendo um prazo de dez dias para receber a resposta.



Fotos: Ronaldo Nlra, 2005



O pólo de saúde indígena de Campinápolis está sendo tratado com descaso pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pelas autoridades competentes responsáveis pelo atendimento desta população – o que leva ao questionamento se existe realmente alguém responsável pela saúde dos povos indígenas. Para onde vai a verba destinada para materiais, medicamentos, combustíveis, veículos, pagamentos de pessoal e demais necessidades para o atendimento efetivo dos indígenas? Uma senhora Xavante questionou: “Será que a Funasa quer nos matar?”.

Nas três microáreas nas quais os Pólo de saúde de Campinápolis está dividido, as equipes estão incompletas; não há atendimento médico; o dentista não vai para a área indígena, pois não há transporte e materiais para trabalhar, porém, seu contrato de trabalho está vigente.

Nenhuma das microáreas possui veículos para locomover pacientes e a equipe de serviço. Há somente um carro para o trabalho do pólo, mas às vezes ele não está disponível, quebrado ou porque vai fazer outras atividades no distrito de saúde de Barra do Garças.

No Pólo também faltam medicamentos básicos como *Dipirona*, xarope e soro. Há poucos dias havia 14 crianças Xavante hospitalizadas e 52 doentes na Casa do Índio (Casai). No lugar que deveria ser uma casa de apoio à saúde, a situação é deprimente: há somente um funcionário cuidando da limpeza e uma funcionária que prepara os alimentos para atender quase 100 pessoas, considerando que os doentes sempre têm acompanhantes. Não há colchões suficientes e os poucos que existem estão em péssimas condições de uso; os sanitários são extremamente precários e com mau cheiro; as instalações elétricas

e os banheiros estão danificados; o telhado está furado, não oferecendo proteção real quando chove. Há um ano não se fazia dedetização no espaço, por isso havia uma grande quantidade de baratas e outros insetos.

José Henrique, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xavante, ao qual o Pólo é ligado, informou que não há previsão para se fazer

um reforma geral na Casai, pois não há verba para manter os indígenas e seus acompanhantes na cidade no período necessário para a reforma. afirmou que há planos de se construir uma nova Casai, mas ainda sem data. O diretor assumiu o DSEI em dezembro de 2008 e não falou sobre os óbitos, pois não tinha informações sobre os dados apresentados.

Toda essa realidade leva ao questionamento: o que faz o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), a Funasa se os responsáveis não conhecem a triste realidade em que vivem os indígenas? Ou se conhecendo, por meio dos relatórios enviados, por que os mesmos não respondem às expectativas?

Quais serão os objetivos da Funasa com a saúde dos povos Indígenas, especialmente os Xavante? É fazer política de saúde ou Política com a saúde deste povo? ■

Indígenas da microárea São Pedro, que faz parte da Terra Indígena Parabubure: descaso com a saúde atinge principalmente crianças

Kaxarari protestam por melhoras na saúde em Rondônia

Regional Cimi RO

O povo Kaxarari, que vive na terra indígena Kaxarari, em Rondônia, próximo do limite com o Acre, protestaram contra o descaso na assistência à saúde do povo. O protesto foi de 28 a 30 de março, durante a visita da equipe multidisciplinar de saúde indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) à área. Só resolveram parar quando receberam a promessa de que terão um sub-pólo como casa de apoio na cidade de Extrema- 30 km da aldeia e um carro que ficará nessa cidade, com motorista, para fazer o transporte dos indígenas doentes. Cerca de 300 pessoas vivem na terra Kaxarari

Os indígenas se manifestaram contra a situação de isolamento e abandono em que se encontra o povo em relação à assistência à saúde. Faltam consultas, remédios, meios de comunicação (sistema

Fotos: Arquivo Cimi



de radiofonia), transporte, técnicos bem formados, entre outras necessidades.

Segundo os indígenas, a Funasa, por omissão, pratica violência contra os povos indígenas, pois, por exemplo, os pacientes com consultas marcadas na cidade precisam pagar seu deslocamento e quando chegam na Casa de Assistência à Saúde Indígena (Casai), a equipe de

atendimento está, geralmente, desarticulada em relação à consulta médica agendada. O paciente fica, portanto, sem definição do atendimento e sem possibilidade de retorno para sua comunidade. Após conseguir a consulta, os indígenas precisam comprar os remédios e a passagem de volta, pois a Funasa costuma alegar que não tem recursos.

Os povos indígenas de Rondônia se perguntam: “Até quando vamos continuar com esse descaso, sem a definição de políticas públicas para as comunidades indígenas que respeitem as suas especificidades?”.

O protesto dos Kaxarari responde à inoperância do trabalho de assistência à saúde indígena que a Funasa realiza em Rondônia e em todo o Brasil. Também responde ao descaso dos demais órgãos que prestam atendimento à questão indígena. A Fundação Nacional do Índio (Funai), por exemplo, ainda não definiu que coordenação é responsável pelo atendimento ao povo, se Rio Branco (Acre) ou Porto Velho (Rondônia).

Esta reação do povo Kaxarari se soma a tantas outras formas de repúdio manifestadas por outros povos indígenas do Brasil que, desde a invasão deste país, sofrem todo tipo de violência e discriminação. ■

Indígenas Kaxarari em situação de abandono em relação à saúde. A Funasa, por omissão, pratica violência contra esses povos

Novos desafios e perspectivas para os povos indígenas

A luta pela afirmação dos direitos já conquistados é árdua, permanente e contínua

Paulo Machado Guimarães
Assessor Jurídico do Cimi

Desde 9 de abril de 2008, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a operação Upatakon 3 do governo federal destinada à retirada dos invasores da terra indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), um novo capítulo da tensa disputa em torno da demarcação das terras indígenas começou a ser vivido por todos. A disputa de interesses sobre as terras indígenas continuava no Congresso e no Poder Executivo, mas, com a decisão do STF, as atenções se deslocaram para o Poder Judiciário, que decidiu analisar o mérito de ações que questionavam a demarcação da TIRSS.

A decisão do Supremo surpreendeu a muitos, pois foi uma decisão do próprio STF, em 2005, que permitiu a TIRSS ser homologada pelo presidente da República. A suspensão da Upatakon 3 levou os setores anti-indígenas a vislumbrar uma boa perspectiva para desconstituir a demarcação da TIRSS.

De abril a junho de 2008, a mobilização dos povos indígenas, por meio do Conselho Indígena de Roraima e de setores aliados como a Diocese de Roraima, o Cimi e a CNBB, bem como da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Advocacia Geral da União, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e dos Ministérios da Justiça, da Cultura e do Meio Ambiente, desenvolveu-se de forma a evidenciar que o Poder Judiciário não poderia consagrar uma vitória dos setores anti-indígenas.

Nesse período, dois fatos foram marcantes no processo político envolvendo a disputa sobre a manutenção da demarcação da TIRSS. Em abril, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi instado pelo presidente da República a conter as reações de oficiais militares, como as declarações do General Heleno Augusto, Comandante Militar da Amazônia, que definiu a política indigenista do Governo Federal como "lamentável, para não dizer caótica". Em

maio, a agressão praticada pelo invasor e arroteiro Paulo Cezar Quartieiro contra membros de comunidade indígena Macuxi assumiu ampla repercussão, inclusive internacional.

Nesse contexto de agressões, os índios mantiveram-se coesos e as comunidades indígenas e suas lideranças não reagiram às provocações que os invasores e outros setores insistiam em fazer. Além disso, os indígenas de Roraima desenvolveram, em articulação com seus aliados locais e nacionais, mobilizações de apoio e ações de esclarecimentos, rebatendo, com eficiência, os argumentos contrários à demarcação da TIRSS de forma contínua. No outro lado, os setores contrários à homologação da TIRSS não conseguiram ampliar seus apoiadores, mobilizando apenas setores nacionalistas de direita, alguns setores de esquerda, setores conservadores no Congresso Nacional e interesses econômicos, como os representados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária.

Na mesma época, as declarações na imprensa nacional de antropólogos, jornalistas, juristas, sociólogos, lideranças populares, culturais, religiosos e intelectuais repercutiram, junto com o posicionamento de expressivos movimentos sociais, de forma especial ligados à Via Campesina e à CUT.

Assim, formou-se, entre junho e agosto de 2008 uma "onda" favorável à manutenção da integridade da demarcação da terra tradicionalmente ocupada pelos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Patamona, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

A disputa no STF

Os ministros do STF dimensionaram o caso como referência emblemática do respeito à diversidade étnica e cultural no país. O voto do relator, ministro Carlos Ayres Britto, refletiu esta percepção, como os demais ministros e ministras demonstraram sensibilidade com a causa.



Em razão de circunstâncias próprias do julgamento em órgão colegiado e mostrando preocupações com as repercussões da decisão, o ministro Carlos Menezes Direito pediu vista do processo após o relator, Min. Carlos Ayres Britto, votar pela manutenção integral da homologação da demarcação da TIRSS.

Um mês após a primeira sessão do julgamento da ação contra a demarcação da TIRSS, o Ministro Eros Grau apresentou seu voto sobre a ação que pede a declaração da nulidade de títulos de propriedade que incidem sobre a

terra dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul da Bahia. Após o voto favorável do relator à procedência da ação, o Min. Menezes Direito também pediu vista deste processo justificando que o conceito de terra tradicionalmente ocupada pelos índios relaciona um caso ao outro.

No entanto, mesmo antes da apresentação do voto do Min. Ayres Britto favorável à demarcação da TIRSS, eram perceptíveis as movimentações de alguns setores das áreas econômicas, políticas e jurídicas – com apoio de grandes veículos de comunicação - bus-

*m amcorem
iril utpat non
vulputem
quamcon
sequat.
Lummodi
psuscidunt
luptat vendre
magnised
magnim
volorer ciduis
del ut in ullan
henisi etue
ming ese tat
irit atummy
nim vendipis
at. Ut volore
dunt lam ver
ilit alit*

As 19 condicionantes

Diversos setores políticos e econômicos não viram sua posição contrária à manutenção da demarcação da TIRSS prevalecer na maioria dos votos dos Ministros do STF. Por isso, têm tentado capitalizar a aprovação das 19 condições, considerando-as como a contrapartida para a manutenção da demarcação.

Para alguns, as condições contemplariam setores do governo federal interessados na implementação de projetos desenvolvimentistas.

Há que se considerar, porém, que setores políticos e econômicos com posições equivocadas e outros nitidamente de direita continuam reagindo à decisão do STF, não considerando qualquer benefício nas condições aprovadas. Na avaliação desses grupos, o Governo, sensível a pressões de movimentos sociais, pode superar muitas, se não todas, as adversidades perceptíveis em algumas das condições aprovadas.

Algumas avaliações posteriores ao julgamento consideraram que as condições adotadas pelo STF tanto extrapolaram o conteúdo da ação sobre a TIRSS quanto avançaram nas atribuições do poder legislativo.

É importante considerar também que este julgamento ocorre num momento em que o STF vivencia uma composição sensível à adoção de técnicas de julgamento, já praticadas em cortes constitucionais de outros países, visando balizar situações jurídicas que possam ser enfrentadas em casos futuros.

Melhor seria que o Congresso Nacional já tivesse aprovado o Estatuto dos Povos Indígenas e o Projeto de Lei Complementar nº 260/90 – com as adequações necessárias – que estabelece os atos de relevante interesse da União que terão validade em terras indígenas. Com isso, todos os aspectos abordados nas condições adotadas pelo STF seriam regulados.

Mas de fato, 10 das 19 condições já estão previstas na Constituição, no Estatuto do Índio e no Decreto 1775/96. As três condições que se referem à instalação de obras públicas nas terras indígenas só poderão ser efetivadas com a vigência da lei complementar a que se refere o § 6º do art. 231 da Constituição. Outras 5 condições deverão ser objeto de tratamento específico pela Funai, o Departamento Nacional de Proteção Mineral (DNPM) e o Instituto Chico Mendes (4,8,9,10,11). A aplicação da 17ª condição, na qual o STF veda a ampliação de demarcação de terra indígena já demarcada, deverá ser analisada caso a caso. Convém, em relação a esta condição, considerar que o então advogado Nelson Jobim sustentou a necessidade de impedir a ampliação dos limites de terras já demarcadas no Memorial da empresa Aracruz Celulose, apresentada ao ministro da Justiça, contra a demarcação da terra dos Tupinikim e Guarani, no estado do Espírito Santo.



cando destacar a importância de que o STF fixasse, com o julgamento do caso da TIRSS, balizamentos para situações em curso ou casos futuros.

Em duas ocasiões, em audiências públicas na Câmara dos Deputados, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou esperar que o STF fixasse um “Estatuto Jurídico das Terras Indígenas”.

Em 10 de dezembro, o Min. Menezes Direito apresentou seu voto de vista, mantendo a homologação da demarcação da TIRSS, mas apresentando 18 condições para proporcionar referências ou indicações de como situações em curso ou futuros conflitos envolvendo terras indígenas pudessem ser superados.

Naquele dia, o Min. Marco Aurélio pediu vista do processo. Essa circunstância – legítima segundo o regimento do STF – proporcionou uma sobrevida às expectativas dos autores da ação e de alguns arroteiros, permitindo que a disputa não fosse concluída em 10 de dezembro de 2008, já que os ministros Eros Grau, Carmén Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Cezar

Peluso, e Ellen Gracie acompanharam o voto do ministro Carlos Britto, com as condições propostas por Menezes Direito, à exceção do Min. Joaquim Barbosa que não acatou quaisquer das condições então propostas.

Alguns dias após o julgamento, em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, analisando as condições propostas por Menezes Direito, sustentou que o procedimento administrativo para a demarcação de terras indígenas deveria ser revisto para assegurar a participação dos estados, dos municípios e de pessoas “afetadas” pelos “processos” de demarcação, de forma que possam participar das “comissões” destes procedimentos, ou seja, dos Grupos Técnicos de Identificação. Esta perspectiva tem sido reivindicada pelas Federações de Agricultura, seus parlamentares e, desde 2002, pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, que não se satisfazem mais com os espaços abertos pelo Decreto 1775/96, que regula o procedimento de demarcação.

Em 18 de março, o Min. Marco Aurélio expôs em seis horas seu voto vista contrário à manutenção da demarcação da TIRSS e, em seguida, o Min. Celso de Mello votou acompanhando o relator e as condições propostas pelo Min. Menezes Direito, sugerindo acrescentar uma 19ª condição, que tratava da participação de municípios e estados no procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. No dia 19, concluindo o julgamento, o Min. Gilmar Mendes votou com a maioria dos ministros e reforçou a 19ª condição.

Antigos e novos desafios

Situar esta nova situação judicial e política no contexto histórico das disputas sobre as terras indígenas é crucial para compreender esta novidade representada pelas condições aprovadas pelo STF.

Novas dificuldades também poderão vir a ser enfrentadas para aprovar

o Estatuto dos Povos Indígenas e a Lei Complementar a que se refere o artigo 231 da Constituição. Com o novo governo federal, que iniciará a partir de 2011, também poderão ser experimentadas novas adversidades.

Por tudo isso, é fundamental manter a posição firme em defesa dos direitos indígenas consagrados na Constituição Federal, em especial às suas terras tradicionais, apoiando a autonomia dos povos indígenas, debatendo e estudando a situação dos povos indígenas no Brasil, de forma a ampliar os apoios políticos entre movimentos sociais, culturais, acadêmicos, intelectuais, estudantis, sindicais, comunitários e partidários. Dessa forma, espera-se que a opinião pública aumente seu apoio e respeito à pluralidade étnica e cultural no país, comemorando a expressiva vitória que representou a manutenção judicial da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e enfrentando com muita determinação os novos desafios apresentados pela realidade. ■

Defender a terra, a vida e a cultura dos povos

Seminário Nacional de Formação "Terra e Territorialidade" mostrou que terra é mais que terra. É cultura, espiritualidade e manutenção da vida

Maira Heinen
Editora do Porantim

A territorialidade em sua abordagem socioeconômica e política, os referenciais éticos dos que defendem os povos da terra e os movimentos populares na busca por terra e justiça social. Estes foram os aspectos abordados durante o Seminário Nacional de Formação "Terra e Territorialidade", realizado pelo Cimi entre os dias 12 e 15 de março, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia-GO. Durante os quatro dias, sérios debates foram permeados com música, alegria e momentos de espiritualidade. Participaram cerca de 70 pessoas vindas de todos os regionais do Cimi. Também estiveram presentes algumas lideranças indígenas e membros de movimentos populares que deram seus testemunhos de luta pela terra e pela vida.

O seminário foi dividido em três mesas diferentes: contexto sociopolítico atual e gestão territorial, com a participação da antropóloga Prof. Dra. da PUC/SP, Lúcia Rangel, e do dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), frei Sérgio Górgen. No segundo dia foi abordado o referencial ético do trabalho missionário no contexto terra e território, com o assessor teológico do Cimi, Paulo Suess, e as lideranças Aginaldo Xukuru, Martilza Makuxi e Ademir Guarani. No último dia, pela manhã, Dejacir Melchior, do povo Makuxi, o secretário-adjunto do Cimi, Saulo Feitosa, Marcos Xukuru e Luiz Titiah, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe falaram sobre históricos de luta pela terra de cada povo. No mesmo dia, a mesa da tarde foi composta por membros de movimentos populares para falar das articulações. Estavam presentes Ana Rita de Lima Ferreira, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rosângela Piovizani Cordeiro, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Frei Sérgio, representando a Via Campesina, para abordar a luta pela ter-

ra nos outros movimentos não-indígenas e suas formas de atuação.

Foi bastante discutida a maneira de lidar com a territorialidade, a saber que o conceito não é próprio das populações indígenas. Além disso, as mesas também debateram a inserção de novas possibilidades e práticas de uso da terra no modelo de agricultura neoliberal e a criminalização dos povos indígenas que lutam por seus territórios.

Territorialidade indígena?

O dia 12 de março, primeiro dia do evento, foi dedicado à metodologia de trabalho dos cursos de formação que o Cimi promove. No segundo dia Lúcia Rangel e frei Sérgio Górgen coordenaram a mesa que mostrou questões históricas que permeiam o problema da territorialidade. Introduzido na cultura indígena desde a invasão portuguesa, o conceito de território como propriedade é uma estratégia para controlar pessoas, fenômenos e relações através da afirmação do controle de uma área. Nas comunidades indígenas, o indivíduo pertence ao povo através do casamento, da agregação ou do nascimento e só então ele ocupa um espaço. Ou seja, existe um processo contrário do que é posto nas sociedades capitalistas, onde primeiro se ocupa, para depois pertencer. Entre os indígenas é preciso haver uma unidade social.

Em sua fala, Lúcia Rangel também colocou de forma clara as diferenças entre espaços territoriais nessas culturas. A terra é mercadoria para os invasores portugueses. "É um território esvaziável, métrico, que pode ser ocupado", afirmou Lúcia. A partir do momento em que uma cultura européia é imposta com violência aos povos indígenas, essas comunidades são obrigadas a lidar com esta nova concepção de território.

Frei Sérgio fez uma abordagem sobre as invasões de terra no Brasil e a formação do latifúndio desde o início da colonização. "A legalização de terras só foi feita para grandes áreas e no litoral", afirmou. Também ressaltou as diferenças entre a agricultura neoliberal e a agricultura camponesa. A primeira, com práticas que agregam mecanização, seleção genética e grandes grupos econômicos comandando o uso de sementes e fertilizantes. A

segunda, feita em pequenas áreas, com trabalho familiar e consumo local.

Numa reflexão sobre o uso da terra, frei Sérgio também mostrou como é forte o sentimento de vínculo e pertença cultural ao território, tanto em relação aos povos indígenas quanto em relação ao pequeno camponês. "É uma questão de respeito com a terra, identidade cultural. A terra, para esses povos é algo sagrado", ressaltou. O frei disse ainda que o modelo de agronegócio cria vazios demográficos, desocupação de espaços. "Esse modelo imposto é um complicador, porque é uma visão não-ambiental que acaba, muitas vezes, sendo incorporada em acampamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo. E isto é algo que a Via Campesina procura mudar nas bases, porque está em nossas diretrizes o respeito ao meio ambiente e aos direitos originários dos povos indígenas", declarou. Para frei Sérgio, as áreas indígenas são as melhores unidades de preservação. "A convivência com a floresta é um aprendizado indígena", completou.

Uma questão que surgiu nos debates com os participantes foi de que forma trabalhar territorialidade nos meios urbanos pois, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 52% dos indígenas brasileiros vivem em cidades. Lúcia Rangel voltou à sua fala inicial, reafirmando que os espaços devem estar abertos para os índios, pois os usos de territorialidade desses povos ultrapassam as demarcações impostas. Sobre os territórios demarcados, segundo Lúcia, existe uma grande contradição. Os indígenas não têm em sua cultura o fator território, justamente porque eles tinham a liberdade do deslocamento, não havia propriedades em volta. Hoje são obrigados a lidar com o conceito, pois essa é a garantia mínima de direitos de terra que possuem. "O índio não tem essa mesma lógica, mas precisa se inserir nela para ter o seu espaço", reafirmou.

Testemunhos

Na manhã do dia 14 de março, terceiro dia de seminário, lideranças indígenas participaram dando testemunhos de sua realidade. Participaram da mesa da manhã Ademir Guarani, de São Paulo, Aginaldo Xukuru, de Pernambuco, e Martilza Makuxi, de Roraima. No período da tarde, Paulo Suess fez uma

apresentação sobre referencial ético do trabalho missionário, dentro do contexto terra e território, abrindo em seguida para as discussões nos grupos.

Ademir fez sua fala mostrando a forte relação espiritual da aldeia, com cada atividade realizada, com a natureza. A ligação que ele mostra com a terra é muito grande. "Nós sabemos como usar a natureza. O branco trouxe veneno e morte e hoje já não existe mata atlântica. A cada dia que passa, tem mais veneno no nosso rio", disse Ademir. E completou: "Às vezes choro sem saber o que fazer para salvar nossa terra". A explicação feita de forma simples por Ademir mostrou a

Fotos: Maira Heinen



Muita música e momentos de espiritualidade fizeram parte do encontro que reuniu cerca de 70 pessoas





importância do respeito às terras indígenas, pois não se trata apenas de terra, mas um espaço envolto em cultura, tradições e espiritualidade.

A indígena da Raposa Serra do Sol, Martilza Makuxi, também fez uma abordagem que ultrapassou as lutas de seu povo por terra. Mostrou o porquê da luta e a forma como os povos indígenas protegem e defendem a natureza e o espaço onde moram. “Nós somos defensores desta terra. É nela que temos nossas danças, nossas crenças e rituais”, afirmou. Segundo ela, muitas lideranças foram perdidas, mas não foi em vão. “Perdemos nossos parentes, mais foi lutando pelos nossos direitos. Querem tomar nossa terra, mas não vamos deixar porque somos filhos da terra e carregamos a força de nossos ancestrais”, finalizou.

O tom de Aguinaldo Xukuru foi mais político e de denúncias dos problemas que o seu povo vem sofrendo. E, em uma frase ele consegue resumir a contratória questão de territorialidade dos povos indígenas. “Estão querendo nos colocar numa jaula”, afirmou sobre as questões de demarcação. O sentimento é verdadeiro, quando se faz uma retomada histórica lembrando que toda a terra era deles e não apenas uma pequena parte.

O líder Xukuru fez um resumo das lutas e história dos mártires de seu povo. A busca pela reafirmação da identidade dos Xukuru e de todos os povos do Nordeste, a consciência em relação à harmonia dos índios com a natureza foi um ponto importante de sua fala. Além disso, ressaltou a importância da formação da juventude indígena, para que seja construído um projeto de futuro melhor para esses povos.

Porém, existem muitas barreiras. Aguinaldo apresentou vários exemplos de violências sofridas como a criminalização e prisão de líderes (ele mesmo ficou preso

injustamente por 29 dias), a cooptação de lideranças por parte dos não-índios, assassinatos, entre outros casos graves.

Ética para a missão

O lugar da ética missionária foi o eixo da apresentação de Paulo Suess, na segunda parte dos estudos do dia 14. Nas colocações, ficou claro que o missionário deve ter a humanidade como fim e não meio e, a partir deste pensamento, buscar a Justiça Maior. Em relação aos povos indígenas, o missionário deve interpretar o evangelho em favor desta causa.

Para os missionários presentes ficou claro que essa Justiça Maior deve romper com as acomodações produzidas na vida de cada um. Esse é o grande desafio: romper radicalmente com valores impostos em nosso tempo, com o modelo que escraviza através do consumo e da exploração. “Em nossa sociedade, o que é justo não coincide com o que é legal”, declarou Suess. Seguindo esse pensamento, o missionário indigenista deve saber que a luta vai além do que é “legalmente correto”. Ao trabalhar na nervura do sistema, deve-se buscar a Justiça Maior.

Nos grupos de discussão, os participantes apresentaram suas fraquezas éticas. “Também somos incoerentes. Acabamos por esquecer, às vezes, que os povos é que são protagonistas e não os missionários”, afirmaram. Segundo as análises feitas, existem conflitos das várias moralidades, o que coloca os missionários sempre à prova. “Às vezes precisamos enfrentar diferentes posicionamentos dentro da própria igreja, da qual fazemos parte”, declararam. A missão não deve se ater a uma ética, mas uma pluralidade ética construída na convivência com os diferentes povos, estando abertos ao diálogo, sem esquecer do que legitima o trabalho do Cimi.



Parceria entre os movimentos

Lideranças indígenas e membros de outros movimentos populares fizeram parte da mesa do domingo, apresentando situações que envolvem territorialidade. Dejacir Melchior, Marcos Xukuru e Luiz Titiah fizeram um balanço sobre suas lutas e seus territórios. Sobre como mantêm suas culturas, tradições e mobilizações por terra.

No geral, temas como estratégias de mobilização e tomada de consciência da condição de indígena, retomadas de território e, principalmente, a importância do apoio de outros movimentos sociais perpassaram as falas das lideranças na primeira metade do dia. À tarde, a mesa foi composta por integrantes dos movimentos populares que foram convidados a falar sobre suas experiências no embate contra as injustiças sociais. Participaram desta mesa Ana Rita de Lima, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rosângela Piovizani, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e frei Sérgio Gorgen, da Via Campesina.

A linha de pensamento também se repetiu no sentido de valorizar as alianças entre os movimentos populares para que se consiga mudanças efetivas. Rosângela, começou sua exposição lembrando a importância da organicidade e dos vários problemas que as mulheres enfrentam, dentro e fora dos movimentos.

Os processo de formação política e estudos também foi bastante lembrado como característica importante das organizações. Segundo Ana Rita, é preciso colocar a juventude dos movimentos para estudar e entender o sistema. “A grande questão não é a barragem em si, no caso das lutas do MAB, mas o modelo político-econômico adotado. Daí a necessidade de lutar juntos para a construção de algo melhor”, explica.

Frei Sérgio atentou para a luta contra a discriminação em relação aos movimentos e principalmente aos povos indígenas, além de outros embates comuns como o combate contra o latifúndio, os transgênicos, a busca por um novo modelo de agricultura. Problemas que são partes do tema maior, que é a territorialidade e o modelo como foi implementada desde o início da colonização no Brasil.

Na avaliação de todas as equipes presentes, o seminário foi uma oportunidade importante de discussão que deve se repetir. “Essas discussões são relevantes para nossa formação e mobilização. Tivemos a oportunidade de pensar em assuntos graves e buscar articulações”, analisaram. O tema, avaliado como de grande importância, agora deve se repetir na Assembléia Geral do Cimi. ■



Mesas e debates envolveram lideranças indígenas, estudiosos e representantes de movimentos sociais

Vitória: STF valida homologação da terra

Indígenas comemoram conquista após mais de 30 anos de luta. Invasores terão que deixar a terra

Máira Heinen – Editora do Porantim
Marcy Picanço – Repórter

Foram décadas de luta e espera por algo que tradicionalmente já lhes pertencia. Mas, passados 34 anos, o combate dos povos Makuxi, Taurepang, Wapichana, Ingarikó e Patamona finalmente teve um final vitorioso. No dia 19 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua. Com a extensão de 1,743 milhão de hectares, a terra permanecerá ininterrupta para os 18.530 indígenas da região. Apesar dos questionamentos de arroteiros, senadores e do próprio estado de Roraima, os ministros do STF consideraram válida, por 10 votos a 1, a homologação em área contínua de Raposa Serra do Sol, definida em 2005 por Decreto Presidencial.

Com a retomada do julgamento no dia 18 de março, o ministro Marco Aurélio de Mello proclamou seu voto dissonante. Ele passou cerca de sete horas lendo o seu repetitivo voto, primeiramente listando os vícios de todo o processo e depois fazendo citações de jornais e autores que seguiam sua mesma linha de pensamento. Mello foi quem pediu vista do processo no dia 10 de dezembro de 2008, após oito ministros já terem votado pela manutenção da homologação. Ainda no dia 18, Celso de Mello votou pela manutenção da homologação, inclusive fazendo críticas ao comprido voto de seu colega Marco Aurélio de Mello, que acabara de pedir inclusive a anulação do processo. A sessão só terminou no dia 19 de março, com o voto do Ministro Gilmar Mendes que também decidiu a favor da homologação contínua. O ministro Ricardo Lewandowski lembrou repetidas vezes que o STF decidiu pela retirada imediata dos ocupantes e que a decisão do tribunal não pode ser tergiversada, ou seja, não se pode procurar maneira para se escapar dela.

Ao final da sessão, os cerca de 30 indígenas que acompanhavam o julgamento comemoraram emocionados na Praça

dos Três Poderes, com danças e músicas tradicionais em torno da estátua da deusa da Justiça, em frente ao STF e depois, em frente ao Palácio do Planalto. Júlio Makuxi, umas das lideranças presentes, chorou ao falar para os jornalistas. “Perdemos muitos parentes, que foram assassinados nesses anos de luta, mas hoje, eles estão aqui comemorando com a gente”. O resultado cassou também a liminar que suspendia a operação da Polícia Federal de saída de ocupantes não-índios da terra, em abril de 2008. Mas agora a coordenação da retirada dos invasores está sob a coordenação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e do ministro relator Ayres Britto.

De acordo com Julio Makuxi, a perspectiva das comunidades é de alegria pela vitória, mas também de luta. “Temos clareza de que ainda temos muito que lutar e que existem pontos nas condicionantes que podemos questionar e discutir”, afirma.

Condições

No dia 19, além de decidir sobre a demarcação da terra Raposa Serra do Sol, os ministros do Supremo estabeleceram 19 condições para a demarcação de qualquer terra indígena no país. Na avaliação do Cimi, a normatização estabelecida pelo STF “deve ser entendida num contexto de cerceamento de direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais, do campesinato e outras, em favor da expansão do interesse do capital privado no campo. Diante disso, o Cimi alerta sobre os riscos que a restrição de direitos pode acarretar, como o acirramento de conflitos em razão da legítima defesa da posse da terra pelos povos e comunidades indígenas”.

As condições foram propostas no voto do ministro Menezes Direito, no dia 10 de dezembro. Dia 18, Celso de Mello acrescentou outra condição. O relator Ayres Britto concordou com as condições, exceto com a que impede a revisão de limites de terras indígenas. Concordaram com Britto os ministros Eros Grau e Carmem Lúcia. Os demais ministros aprovaram

todas as condições, exceto o ministro Joaquim Barbosa que não concordou com nenhuma. Para Barbosa, o conteúdo das condições não foi discutido na ação.

Antes da conclusão do julgamento, diante das condições propostas para a demarcação de áreas indígenas em todo o país, o advogado de algumas das comunidades de Raposa Serra do Sol e assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães, levantou questão de ordem, pois as condicionantes inovavam em relação ao que foi discutido no processo, portanto, requereu que os envolvidos (índigenas, fazendeiros e estado de Roraima) pudessem manifestar sua posição sobre as propostas. O ministro Gilmar Mendes não aceitou o pedido, alegando que “entre o tudo e o nada existe um universo de possibilidades”, e que portanto, não era necessário rever as condições impostas. O ministro Joaquim Barbosa foi o único a pedir que as partes fossem ouvidas. “Se a Corte está determinada a impor esses pontos, que ela ouça as partes, pois as condições neutralizam em boa parte o que foi proposto”, afirmou. Ainda assim, os demais ministros rejeitaram o pedido.

Antes do julgamento

Na véspera da retomada do julgamento no STF, um grupo de indígenas presentes em Brasília fez um ato em frente ao Supremo. Pedindo força e proteção aos bons espíritos antepassados, índios de Raposa Serra do Sol e também alguns Pataxó Hã-Hã-Hãe que estavam presentes para dar apoio, dançaram, cantaram e esticaram faixas pedindo que os ministros tomassem a decisão correta, votando pela homologação contínua e pela manutenção de seus espaços de cultura, vida, tradição e sobrevivência.

Em Boa Vista, os indígenas prepararam uma feira antes da decisão do Supremo. Em Raposa Serra do Sol, ficaram reunidas cerca de 2 mil pessoas para aguardar o julgamento e também, como ressaltou Julio Makuxi, “no sentido de resguardo de nossas terras”.

Fotos: Máira Heinen



Antes do julgamento indígenas fazem ato em frente ao STF, pedindo um bom resultado aos ancestrais. Após o resultado, comemoração na Praça dos Três Poderes

Pataxó Hã-Hã-Hãe: esperança e apoio

Decisão do STF anima luta do povo que aguarda há 26 anos julgamento sobre suas terras

Cinco indígenas do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe acompanharam o julgamento do caso de Raposa Serra do Sol em Brasília. Solidários à causa dos parentes de Roraima, eles também esperam por um bom resultado do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ação sobre as terras do povo. “Agora que a gente viu que o pessoal de Raposa conseguiu depois de muita luta, a gente acredita que podemos vencer também”, afirma a cacique Ilza Rodrigues, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. Durante a comemoração, após a decisão final no dia 19 de março, os Pataxó se emocionaram imaginando que eles também poderão conseguir suas terras.

O Supremo iniciou em 24 de setembro de 2008 o julgamento da ação que pede a nulidade dos títulos de propriedade de terras que incidem sobre as terras dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul da Bahia. O relator do caso, ministro Eros Grau, votou pela anulação dos títulos. Em seguida, o ministro Menezes Direito pediu vista do processo, afirmando que era necessário concluir o julgamento do caso Raposa Serra do Sol, antes de decidir sobre outro caso de natureza semelhante.

Há mais de 26 anos, os Pataxó Hã-Hã-Hãe esperam por esse julgamento do STF, que pode solucionar um conflito de mais de 50 anos. Na década de 1940, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) começou a arrendar para fazendeiros o pedaço de terra que restava para os Pataxó Hã Hã Hãe. Os fazendeiros tentaram fazer alguns indígenas trabalharem para eles e perseguiram e mataram outros. Os indígenas que sobreviveram se espalharam. Alguns pela região, outros foram para Minas Gerais e até para o Paraná. Entre 1976 e 1980, os governadores da Bahia, Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães, concederam títulos de propriedade aos fazendeiros arrendatários. Foi nesta época também que a comunidade se organizou para retornar a sua terra.

Em abril de 1982, algumas famílias do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe retomaram um pedaço de sua terra. No mesmo ano, a Fundação Nacional do Índio (Funai) entrou com uma ação na justiça, pedindo a anulação dos títulos de posse. Em novembro de 82, a ação já estava no STF aguardando decisão definitiva.

Nestes 26 anos, no entanto, com ações na justiça e retomadas, a comunidade conseguiu 18 mil dos 56 mil



Foto: Mery Piciano



Foto: Haroldo Heleno

hectares que eles reivindicam. A população hoje é de quase 700 famílias (3 mil pessoas). Nesse período, muitas pessoas do povo morreram lutando pela terra, entre elas, Galdino Pataxó, que veio a Brasília tratar desta questão, quando foi queimado vivo.

Visita

Entre 24 e 29 de março, duas lideranças do povo Makuxi da terra indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, visitaram seus parentes do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe no sul da Bahia.

O tuxaua Dejacir Makuxi, da aldeia Maturuca, e Marilene, da aldeia São Marcos, visitaram as aldeias Caramuru, Bahetá, Água Vermelha, na terra Caramuru-Catarina-Paraguassu. No dia 27 de março, se reuniram com a comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe. As lideranças Makuxi agradeceram o apoio da comunidade durante o julgamento, pelo STF, da ação sobre Raposa Serra do Sol. Também manifestaram solidariedade e apoio ao povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, pois nos próximos meses deve continuar o julgamento da Ação que trata da terra dos Hã-Hã-Hãe.

Para o tuxaua Djacir, agora é a hora de se apoiar os parentes. “É a nossa vez de nos fazermos presentes e apoiarmos a luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, pois eles não mediram esforços para nos apoiar. Temos certeza que o STF dará parecer favorável aos Pataxó Hã-Hã-Hãe, pois acreditamos na justiça brasileira”. (fonte: Haroldo Heleno, Equipe Itabuna) ■

Lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe se emocionam na espera que o julgamento, no STF, sobre suas terras, também seja vitorioso. Dejacir Melchior, cacique Makuxi, visita comunidade dos Pataxó Hã-Hã-Hãe para dar apoio

Uma luta de décadas

Há 34 anos, as comunidades de Raposa Serra do Sol lutam pelo reconhecimento de suas terras tradicionalmente ocupadas. Durante esses anos, houve muitos empecilhos para que esse direito não lhes fosse concedido, inclusive por parte do estado de Roraima, que criou o município de Uiramutã, dentro dos limites de Raposa Serra do Sol. O município tornou-se centro de conflitos envolvendo moradores, arroteiros e indígenas. Também foram criados o Parque Nacional Monte Roraima, sobreposta à área terra indígena, e o 6º Pelotão Especial de Fronteiras do Exército Brasileiro. Além de todos os obstáculos acima citados, a presença de arroteiros e suas imensas plantações irrigadas e cheias de agrotóxicos causaram danos ambientais e à saúde das comunidades que viviam perto dos rios Surumu e Contigo.



Conferências regionais unem povos do Nordeste

Clarissa Tavares
Repórter

Até agosto deste ano, os povos indígenas do Brasil cumprirão uma corrida agenda de conferências regionais preparatórias para a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que irá ocorrer de 21 a 25 de setembro, em Brasília. Ao todo, serão realizadas 18 encontros nas regiões que obedecem ao critério de territórios etnoeducacionais – proposta do Ministério da Educação de agrupamento de territórios indígenas para implementação de políticas públicas específicas.

Inicialmente, a proposta prevê a constituição de 16 territórios etnoeducacionais. “Porém, ela não é impositiva”, garante Gerser Baniwa, coordenador de Educação Escolar Indígena do MEC. “Não foi realizada uma consulta na ponta com os índios”, reconhece Baniwa, e por isso as conferências têm se colocado como espaço para esta discussão. Segundo o coordenador, as regiões que decidirem que a política não se adequa à sua realidade, não terão implementado o território etnoeducacional.

Em março, foram realizadas duas conferências regionais, as etapas Nordeste I (com os povos de Alagoas, Bahia e Sergipe) e Nordeste II (com os povos do Ceará, Paraíba e Pernambuco). Os encontros são organizados a partir de cinco eixos temáticos: educação escolar, territorialidade e autonomia dos povos indígenas; práticas pedagógicas indígenas; políticas, gestão e financiamento da educação; participação e controle social; e diretrizes para a educação escolar indígena.

Etapa Nordeste I

A etapa Nordeste I aconteceu de 10 a 13 de março, em Salvador, na Bahia, e reuniu 29 povos de Alagoas, Bahia e Sergipe. Estiveram presentes cerca de 250 participantes, dentre eles 140 delegados indígenas e 60 ligados a instituições com ação junto à educação escolar indígena.

Dentre as reivindicações, a contratação de professores foi uma das mais lembradas e debatidas durante o evento. A troca de professores – indígenas ou não – a cada dois anos tem afligido as comunidades e, segundo os indígenas, prejudicado a continuidade do aprendizado. “Quando um professor começa a se acostumar com o povo e a entender sua cultura, ele tem que ir embora porque o contrato acabou. Isso pra gente é a pior coisa que pode acontecer na escola indígena”, relatou Apolônio Xokó.

Sobre a questão nas comunidades indígenas baianas, o secretário estadual da Educação, Adeum Sauer, afirmou que



Fotos: Clarissa Tavares



será enviado à Assembléia Legislativa da Bahia um projeto de lei que cria a carreira do professor indígena no estado. A notícia foi bem recebida por Reginado Pataxó Hã-hã-hã. “A gente sabe que para o projeto ser aprovado é preciso pressão do movimento indígena e também que os índios mostrem como é a realidade dos nossos educadores”, comentou.

Há 10 anos lecionando para classes indígenas, Reginado, assim como a grande parte de seus colegas, nunca usufruiu nenhum direito trabalhista. Sem carteira assinada, décimo terceiro ou férias, ele faz bicos para ajudar no sustento dos três filhos. Os salários dos professores no Colégio Estadual Aldeia Indígena Caramuru, onde ensina arte, cultura e história, variam de R\$380 a R\$450. Ganha mais quem tem magistério indígena. “Por causa do baixo salário, muitos professores abandonam a sala de aula”, lamenta.

PROPOSTAS – Instituir a Carreira do Magistério Indígena com a imediata realização do Concurso Público, garantindo no edital especificidades da Cultura, de formação e atuação na Educação Indígena e ainda de residência nas Comunidades Indígenas, garantindo plano de carreira de cargos e salários para professores indígenas em todos os níveis.

Que o MEC garanta para os professores indígenas a formação inicial continuada e específica no magistério indígena e continuidade de programa de formação em nível superior – PROLIND, nos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, garantindo a efetividade da função social da escola e o currículo intercultural.

Etapa Nordeste II

Em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, no Ceará, foi realizada de 24 a 27 a etapa Nordeste II da Conferência Regional de Educação Escolar Indígena com cerca de 250 participantes, dentre eles indígenas dos 13 povos do Ceará, dois da Paraíba e 11 de Pernambuco.

Para os participantes indígenas, dentre as prioridades para educação escolar foram destacados o aperfeiçoamento da capacitação do corpo docente e a ampliação do número de escolas e da oferta do ensino médio. Este último ponto reflete uma deficiência comum na região. No Ceará, por exemplo, das 37 escolas indígenas, apenas uma possui ensino médio.

Segundo Weibe Tapeba, todas as comunidades no estado apresentam demanda por ensino médio. “Apesar disso, a prioridade é melhorar a capacitação

dos professores”, conta. Atualmente os professores indígenas são formados por meio de um curso pedagógico. A expectativa, segundo Amália Coelho, coordenadora da Educação Indígena da Secretaria de Educação do Ceará é de implantação, ainda este ano, de uma licenciatura intercultural em parceria com a universidade estadual. O Ceará possui 300 professores indígenas.

Em Pernambuco, onde os 8 mil alunos indígenas contam com 122 escolas, a legislação estadual não permite a capacitação dos professores por meio do magistério indígena. “Temos que questionar a estrutura. São os indígenas que devem se adequar às determinações do Estado ou o Estado que deve se adequar às especificidades indígenas?”, retrucou Edilene, a Pretinha Truká.

Na Paraíba, existem 32 escolas indígenas, todas do povo Potiguara. Segundo a coordenadora de Educação Indígena do Estado, Dulce Magalhães, a estrutura é suficiente para a demanda do ensino infantil ao 5º ano do fundamental. A partir do 6º ano e, principalmente, no ensino médio as deficiências são maiores. Apesar disso, ela comemora que seis alunos indígenas foram aprovados no último vestibular da Universidade Federal da Paraíba.

PROPOSTA – É necessário discutir com lideranças e representantes indígenas *critérios de seleção* de indicação de candidatos aos cursos de formação superior para fortalecer os vínculos entre essa formação e as necessidades comunitárias, assim como mecanismos de acompanhamento do processo formativo do estudante pela sua comunidade.

Criação de um marco legal a fim de proceder à efetivação específica para os professores indígenas, respeitando a autonomia e realidade das comunidades.

Estimular a ampliação da oferta da educação escolar indígena, principalmente no que se refere ao segundo seguimento do ensino fundamental e ensino médio no interior das terras indígenas. ■

Lideranças indígenas presentes nas Conferências Regionais em Salvador e Fortaleza

Milhões destinados às questões indígenas não são utilizados

Quase metade dos recursos disponíveis para demarcação de terras não foram gastos, apesar das demandas

Marcy Picanço
Repórter

Em 2008, a Fundação Nacional do Índio (Funai) deixou de gastar quase R\$ 17 milhões que estavam orçados para ações de demarcação e regularização de territórios indígenas. Enquanto isso, a Funai instituiu apenas 31 Grupos Técnicos para os estudos de identificação de terras indígenas, apesar de haver cerca de 500 pedidos para esse tipo de providência. A análise do orçamento indígena 2008 divulgada em 9 de abril de 2009 é do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

O estudo, feito pelo antropólogo Ricardo Verdum, faz um balanço da execução orçamentária dos diferentes órgãos do Governo Federal envolvidos na implementação da política indigenista. O orçamento para a política indigenista aprovado para 2008 foi de R\$ 736,014 milhões, superando em quase R\$ 60 milhões o orçamento proposto pelo Executivo em agosto de 2007. Por outro lado, a análise destaca o baixo desempenho orçamentário nas ações de demarcação e regularização das terras indígenas, e nas destinadas à gestão ambiental, ao etnodesenvolvimento e à saúde.

Em 2008, o orçamento para as ações da Funai foi de R\$ 287,453 milhões. Deste total, foram executados ano passado cerca de R\$ 239,422 milhões (83,29%). Os dados reunidos pelo Inesc demonstram que dentre as 12 ações sob responsabilidade da Funai dentro

do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, a que teve o pior desempenho na execução do orçamento foram ações de demarcação e regularização dos territórios indígenas. Dos R\$ 30,456 milhões autorizados, a Funai não usou R\$ 16,957 milhões em 2008. Somente R\$ 4,854 milhões foram utilizados e deixou como restos a pagar em 2009 cerca de R\$ 8,644 milhões.

Na análise, Verdum avalia que “em 2008 se mantém a tendência declinante já identificada ao final do primeiro mandato do presidente Lula da Silva, decorrente da pressão da base de sustentação do atual governo em nível federal e da pressão dos governos estaduais e da iniciativa privada, particularmente do setor ligado ao agronegócio (soja, cana-de-açúcar etc.)”.

Saúde: serviço precário e sobra de recursos

Em todo o país, os indígenas denunciam a precariedade no atendimento à saúde. Em quase todas as situações, os representantes da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) alegam falta de recursos para manter a estrutura física das Casas de Assistência ao Índio (CASAs), os veículos para locomoção dos doentes, os equipamentos médicos, entre outras necessidades.

No entanto, em 2008, a Funasa deixou de gastar aproximadamente R\$ 11 milhões, sendo R\$ 5,019 milhões destinados à estruturação de unidades de saúde e R\$ 3,095 milhões para as ações de promoção, vigilância, proteção

e recuperação da saúde dos indígenas. Também deixaram de ser executados cerca de R\$ 736 mil com as ações de vigilância e promoção de segurança alimentar e nutricional entre as comunidades indígenas.

A ação de saneamento básico em aldeias indígenas também ficou com um bom volume não utilizado: foram cerca de R\$ 14,247 milhões, o equivalente a 23,17% do autorizado para o ano. Isso sem contar o que ficou como restos a pagar em 2009, ou seja: R\$ 42,673 milhões.

De fato, isto não representa um grande índice percentual dentro do orçamento das ações de atenção à saúde dos povos indígenas, cujo total foi de R\$ 342,549 milhões, cerca de R\$ 331,596 milhões (96,80%) foram liquidados, sendo que deste total R\$ 69,890 ficaram para serem pagos em 2009. Por outro lado, os indígenas e suas organizações seguem questionando a efetividade e a fiscalização do uso desse recurso.

O estudo do Inesc lembra que “ainda não foram divulgados os resultados da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – a pedido da Câmara dos Deputados – sobre a efetividade da aplicação dos recursos federais na assistência à saúde indígena. Segundo resultados preliminares apresentados no início de dezembro passado, de uma avaliação realizada em oito Distritos

de Saúde Especial Indígena (DSEI), foi constatado que o atendimento prestado às pessoas é visivelmente precário e que falta transparência e o regulamentação na gestão dos recursos, especialmente os incentivos de atenção básica e especializada (IAB-PI e IAE-PI).” O relatório está em análise pelo Ministro José Jorge (do TCU) desde 6 de fevereiro passado.

Meio ambiente e Cultura

Outros dois ministérios que implementam ações da política indigenista apresentaram baixo desempenho na execução orçamentária. Segundo o estudo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) “ou continua planejando além da sua capacidade ou não tem tido as condições necessárias para executar aquilo que ambiciona realizar no ano”. Dos R\$ 9,205 milhões autorizados em 2008, o MMA executou pouco mais de 16%, incluindo os cerca de R\$ 469 mil que ficaram para ser pagos em 2009.

Já o Ministério da Cultura, “que ao longo dos últimos anos vem cada vez mais se destacando no apoio a promoção das manifestações culturais dos Povos Indígenas parece também estar tendo alguns problemas para executar o orçamento”. De um total de R\$ 1,396 milhão autorizado para 2008, foram executados pouco mais de 53%, ou seja, R\$ 750 mil, sendo R\$ 652 mil como restos a pagar em 2009. ■

Foto: Cimi SV/Equipe Iral



Índios esperam na beira da estrada, enquanto metade do orçamento para a questão indígena não chega a ser utilizado

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

PREÇOS

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

Cacique do povo Potiguara sofre atentado

Alexandre Fonseca
Cimi Regional NE

Por volta das 19h30 do domingo, 22 de março, dois homens encapuzados derrubaram a porta da residência do cacique Aníbal da aldeia Jaraguá, do povo Potiguara, no município de Rio Tinto (PB). Invadiram a casa, dirigiram-se para os interruptores da cozinha e do quarto das três crianças para apagar duas lâmpadas. Sob a penumbra oferecida pela televisão ligada, dispararam vários tiros no cacique Aníbal que, alvejado, caiu no chão. Os filhos abraçaram o pai no chão banhado de sangue. Aníbal foi imediatamente

removido para um hospital de emergência em João Pessoa, cerca de 90 km do local do atentado. O cacique foi atingido por duas balas: uma perfurou o pulmão e a outra encontra-se alojada em seu maxilar. Ele saiu do hospital no dia 2 de abril e os médicos acharam por bem não retirar as balas.

Na tarde do dia 23, lideranças do povo Potiguara se reuniram na Polícia Federal para solicitar proteção policial para Aníbal e tomarem as providências cabíveis. Indignados pela demora na chegada da Polícia Federal e revoltados com a brutalidade do episódio, os Potiguara da aldeia de Jaraguá interditaram, por cerca de seis horas,

a estrada que liga a cidade da Baía da Traição com a BR 101.

A Polícia Federal foi no local apenas 24 horas depois do atentado. Depois que a movimentação na estrada se dispersou, uma pessoa sacou de um revólver e deu vários disparos, promovendo pânico e correria. Policiais agiram prontamente desarmando e prendendo o homem. No dia 25, as primeiras testemunhas foram prestar depoimentos. O cacique Bel, da aldeia de Três Rios e a cacique Cau, da aldeia Monte Mor também estão sob ameaça de morte.

Aníbal não pediu vingança quando voltou. Pediu festa. Convocou seu povo para festejar a luta pela vida, pela terra

livre com muito Toré. Aníbal faz parte de uma nova geração de lideranças do povo Potiguara que rompe com a prática de arrendamento de terra para usineiros. “O que aconteceu com Aníbal, não acontece só com ele não; acontece com qualquer pessoa que luta pelo direito à terra” afirma Cir, vice-cacique da aldeia Três Rios, também ameaçado de morte. “Quando a gente começou aqui não tinha nenhuma casa, era só cana. Hoje existem 111 famílias. Muito roçado e pomares, passarinho de todo tipo aparece, até sagüi um dia desse eu vi”, lembra com satisfação, o cacique Bel, da aldeia Três Rios, outro que está marcado para morrer. ■

Protesto

Guarani ocupam núcleo da Funai contra o mau atendimento

Clóvis A. Brighenti
Cimi Regional Sul – Equipe Florianópolis

No dia 16 de março mais de 50 pessoas do povo indígena Guarani ocuparam o núcleo da Funai em Palhoça – SC. Eles pediam a saída de José João da Silva, coordenador do núcleo. O protesto foi organizado pelas lideranças Guarani do litoral catarinense, coordenado pela Comissão Nhemonguetá.

Segundo os Guarani, a Funai em Palhoça tem atendido muito mal as aldeias. “Já denunciamos a situação ao Presidente da Funai, Dr. Márcio Meira, e agora só sairemos daqui quando vier alguém de Brasília e um Guarani escolhido pelas comunidades for colocado no cargo”, disse Wera Tupã, porta voz da ocupação e coordenador da Comissão Nhemonguetá.

Há anos os Guarani reclamavam que não vinham sendo bem atendidos, inclusive em julho de 2008 levaram a reclamação diretamente ao presidente da Funai, e nada foi resolvido. A Funai deveria ter providenciado a substituição ainda em 2004, quando iniciaram as reclamações, mas esperou o caso tomar maiores proporções.

Percebendo que não se trata apenas de uma troca do servidor, o movimento retomou a reivindicação para que a Funai crie uma administração executiva regional na capital catarinense, já que

as comunidades do leste do estado são atendidas pela administração sediada em Curitiba, no estado vizinho.

Os Xokleng, atendidos também pela administração em Curitiba somaram-se aos Guarani. “Nós, lideranças da comunidade da TI Laklanõ Xokleng, do município de José Boiteux-SC, queremos manifestar nosso apoio ao movimento Guarani e juntamente com as lideranças deste povo estamos exigindo a imediata criação de uma Administração Executiva Regional da Funai no litoral do estado de SC, para atender nossa comunidade e as comunidades Guarani”. O descontentamento foi expresso num documento encaminhado à Funai, ao ministro da Justiça e ao Ministério Público Federal.

Somaram-se aos Guarani também no descaso que a Funai vem tratando as comunidades, afirmando que há anos estão solicitando a criação de uma administração regional na grande Florianópolis, e até hoje não foram atendidos. “Nossas comunidades estão abandonadas e tratam muito mal as lideranças indígenas do leste catarinense. É por causa dessa péssima administração que nós, Xokleng, e as comunidades Guarani nos manifestamos”, disse o documento.

Diante dos protestos, o presidente da Funai atendeu parcialmente a reivindicação dos Guarani, exonerando o funcionário José João de Oliveira do cargo e se comprometendo a nomear dois Guarani para administrar o núcleo.



Fotos: Clóvis A. Brighenti



Com a retirada da saúde e educação escolar da sua responsabilidade na execução, a Funai ficou com atividades produtivas e terras, além do dever constitucional de defender as comunidades e proteger o patrimônio. Porém, os processos de reconhecimento e demarcação das terras andam a passos lentos. Os investimentos nas atividades produtivas são pífios.

Alguns exemplos são notórios do descaso com que as terras indígenas são tratadas. A terra Laklanõ Xokleng está, desde 2007, apta para demarcação física e indenização dos ocupantes não-indígenas. Mas um processo iniciado em 2008 foi interrompido por pressão dos setores contrários e até este momento o processo não retomou. A terra indígena Morro dos Cavalos está desde 18 de abril de 2008 com a portaria declaratória assinada e, até o momento, o levantamento fundiário e a demarcação física não começaram. A Funai prometeu para início de 2008 a criação de três Grupos de Trabalho (GT) para fazer a identificação das terras Guarani, mas depois de mais de um ano nenhum GT foi criado.

O descaso não é gratuito. Por mais que existam servidores que se dediquem e se esforcem na condução e agilidade dos processos, percebe-se a falta de empenho político do executivo federal para fazer do órgão indigenista um espaço de respeito às comunidades indígenas do Brasil. ■

Por mudanças na Funai

O fato é que pouca coisa muda. O núcleo tem a função de um antigo Posto Indígena, só que para diversas aldeias, sua atribuição é essencialmente assistencial. Depende da direção da administração regional que por sua vez depende do poder central em Brasília.

O que ficou nítido na ação Guarani e na manifestação dos Xokleng é o descontentamento com a Funai. Sua estrutura pouco mudou nos seis anos de governo Lula. Carece de tudo. Não há funcionário, não há recursos. É uma máquina pesada, sucateada e abandonada pelo governo. Os indígenas reclamam da lentidão e do descaso que são tratados.

Indígenas Guarani em protesto contra o mau atendimento da Funai na região

Dioceses do Maranhão reafirmam compromisso com os povos indígenas

Humberto Rezende Capucci
Cimi MA

O regional NE V da CNBB realizou entre os dias 23 e 25 de março uma mesa redonda interdiocesana, no Centro Diocesano de Pastoral de Barra do Corda. O objetivo foi avaliar a presença da Igreja Católica junto aos povos indígenas do Maranhão e contribuir para a criação de um trabalho de base diocesano nas aldeias indígenas.

O anfitrião, Dom Franco Cuter, Bispo de Grajaú, recebeu seus colegas bispos de Viana, Dom Xavier Gilles; Imperatriz, Dom Gilberto Pastana; Zé Doca, Dom Carlo Ellena e Dom Armando Gutierrez, bispo de Bacabal e responsável pela dimensão missionária no regional. Além dos Bispos, participaram coordenadores de Pastoral, padres, religiosas e leigos(as) que atuam ou têm simpatia pela causa indígena.

Participaram também o secretário executivo da CNBB NE V, Pe. Flávio Lazarini, o coordenador das Pastorais sociais em nível regional, Pedro Marinho, representantes da Província Comboniana do Nordeste e da Associação Carlo Ubbiali, além de cinco missionários do Cimi Regional Maranhão e o secretário executivo do Cimi Nacional, Édén Magalhães. Vale destaque, a valiosa participação do Pe. Odilo, um dos fundadores do Regional Maranhão do Cimi e hoje pároco de Olinda Nova, diocese de Viana.

Durante dois dias de trabalho, o grupo de 25 pessoas analisou a conjuntura com atenção especial para a questão indígena, avaliou a presença da igreja junto a esses povos, e pensou ações concretas frente a essa situação. O modelo de desenvolvimento em curso, agro e hidronegócio, mineração, exploração madeireira e o aumento da violência contra os indígenas e os povos do campo tiveram destaque na análise conjuntural. Assim como os setores



Fotos: Édén Magalhães

da direita em torno do capital com forte preconceito contra os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais. Também foram abordadas a criminalização dos movimentos sociais, a vitória dos Povos Indígenas no caso da Raposa Serra do Sol e a preocupação com as 19 condicionantes aprovadas pelo Supremo Tribunal também.

O momento seguinte foi dedicado a pensar e planejar ações concretas da igreja em favor dos povos indígenas. Entre as propostas pensadas durante o encontro, estão: a identificação de pessoas, nas paróquias, que já atuam junto aos povos; criação de Equipes de Pastoral Indigenista nas dioceses; realização de uma semana teológica no IESMA – Instituto de Ensino Superior do Maranhão – sobre a questão indígena na linha da interculturalidade; trabalhar a sensibilização da sociedade para que haja mudança de mentalidade em relação aos indígenas; participar de momentos formativos proporcionados pelo Cimi.

Decidiu-se ainda que o Regional NE V assumirá as campanhas pela demarcação da Terra Indígena Awá e pela sobrevivência dos Awá Livres. O próximo encontro do grupo será realizado na Diocese de Zé Doca com data e tema a serem definidos. ■

Participantes do Encontro interdiocesano no Maranhão: diretrizes e ações pela questão indígena



Foto: Édén Magalhães



Foto: Ricardo Stuckert

Lula discute com Dom Erwin projeto da hidrelétrica de Belo Monte

Marcy Picanço
Repórter

No dia 19 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com o bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler, para tratar do projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, próximo de Altamira, sede da Prelazia. Lula se comprometeu a ouvir as comunidades locais sobre os impactos que a obra trará à região.

Na reunião, Dom Erwin advertiu o presidente que se a obra for executada da forma como está prevista em alguns anos se perceberá estragos socioambientais irreversíveis na região do rio Xingu – “o que certamente não é da sua vontade”, disse o bispo ao presidente. Segundo Dom Erwin, os técnicos da Eletrobrás e da Eletronorte (empresas envolvidas na construção da obra) só apresentam para as comunidades aspectos positivos que a hidrelétrica traria, como se não fosse haver grandes impactos negativos, como o alagamento de territórios indígenas e de comunidades ribeirinhas, além do aumento migratório para as cidades da região sem infra-estrutura adequada, entre outros.

Dom Erwin pediu que, para além de se decidir sobre parar ou não a obra, as comunidades fossem ouvidas. Lula se comprometeu a receber um grupo de moradores da região em futura reunião que pode ser realizada no Pará ou em Brasília. O bispo saiu confiante que Lula cumprirá sua promessa.

Condecoração

Em sua passagem por Brasília, o bispo do Xingu também foi homenageado na embaixada da Áustria, sua terra natal, no dia 18 de março. Ele recebeu do embaixador da Áustria, Hans-Peter Glanzer, a Grande Insignia de Ouro com a Estrela da Ordem do Mérito por serviços prestados à República da Áustria. Essa importante condecoração foi concedida ao Bispo pelo Presidente da República da Áustria pelo trabalho de uma vida em defesa dos povos indígenas e da preservação de seu território.

Participaram da cerimônia, o núncio apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, o secretário geral da CNBB, Dom Dimas Lara, a deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), além de representantes da embaixada, do Cimi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Comissão de Justiça e Paz. ■

Jornada contra a violência

Mulheres da Via Campesina fazem manifestações em 15 estados do Brasil

Mulheres do MMC protestaram contra a violência, o agronegócio e a destruição do meio ambiente

Neste ano, as mulheres da Via Campesina e organizações urbanas demarcaram a Jornada Nacional de Luta das Mulheres (de 8 a 13 de março de 2009), realizando diversas atividades e ações em todo o Brasil, denunciando as múltiplas formas de violência, mas também denunciando o governo por sustentar o agronegócio e as empresas transnacionais do setor exportador, especialmente da agricultura, enquanto deixa em segundo plano as/os trabalhadoras/es rurais, a pequena agricultura e a Reforma Agrária.

Diante da realidade imposta hoje pela sociedade capitalista e patriarcal, as mulheres camponesas reafirmam a luta pela concretização de uma nova sociedade, onde hajam novas relações de gênero, novas relações entre os seres humanos e a natureza, onde se possa viver de forma plena e integral.

Nesse 8 de março, mais uma vez, as mulheres reforçaram o compromisso em defesa da vida, em defesa da

natureza e todas as suas formas de vida. Reassumiram o compromisso na luta pelo fim da violência praticada contra as mulheres, porque acreditam que uma vida sem violência é um direito das mulheres. Exigiram que a Justiça abra os olhos e enxergue a realidade de milhares de mulheres que estão excluídas da sociedade e que o Estado crie políticas públicas que atendam às necessidades do povo brasileiro, em especial, às mulheres, que não têm acesso à saúde, à educação, à informação, à vida.

Manifestações em alguns Estados

Em Brasília, 800 mulheres da Via Campesina ocuparam o prédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde realizaram um ato pacífico. A manifestação denunciou que a política agrária do governo, dirigida pelo Ministério da Agricultura, controlado pelos ruralistas, sustenta os latifundiários, as empresas transnacionais e o capital financeiro, responsáveis pela crise.



No Rio Grande do Sul, 700 mulheres organizadas pela Via Campesina ocuparam a Fazenda Ana Paula, de propriedade da Votorantim Celulose e Papel (VCP). A ocupação foi iniciada com o corte de eucalipto na área. Depois de especular contra a moeda brasileira e ter prejuízos com a crise financeira, a VCP recebeu R\$ 6,6 bilhões do governo brasileiro para adquirir a Aracruz Celulose, através da compra de metade da carteira do Banco Votorantim e de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES. O custo da compra foi de R\$5,6 bilhões. A VCP havia prometido gerar 30 mil empregos no estado e mesmo recebendo recursos e isenções fiscais dos governos federal, estadual e de municípios, a Aracruz causou a

demissão de 1,2 mil trabalhadores em Guaíba.

No Espírito Santo, cerca de 1300 mulheres da Via Campesina ocuparam o Portocel, porto de exportações da empresa Aracruz Celulose, localizado em Barra do Riacho, município de Aracruz, para denunciar o repasse de recursos públicos do Estado para a empresa. As mulheres entraram no porto, fizeram um ato com a destruição da produção de eucalipto, e saíram da área.

Em São Paulo, cerca de 600 trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizaram no dia nove de março a ocupação de uma área da Cosan, no município de Barra Bonita, na região de Jaú, a 280 km da capital. O grupo Cosan explora uma área duas vezes maior que o total de hectares

País Afora

Nas águas de março, as manifestações contra

atingidos por barragens realizaram manifestações durante a semana do 14 de março, Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, em vários pontos do país. Em Porto Velho, Rondônia, centenas de manifestantes montaram acampamento no Ginásio São Cristóvão, no dia 11 de março. As atividades se iniciaram com uma assembleia, cujo objetivo foi apontar os problemas causados pelas hidrelétricas que estão sendo construídas no rio Madeira. “Denunciamos a forma truculenta com que as empresas estão expulsando os ribeirinhos e o caos social e ambiental que se instalou nas margens do rio e na cidade de Porto Velho e entorno”, afirmou Tânia Leite, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

No acampamento, outro ponto de debate foram os problemas que a capital do estado está enfrentando com a chegada de milhares de ribeirinhos e de pessoas de outros estados que vêm a Porto Velho na expectativa de encontrarem emprego. Porém a cidade

não está preparada quanto ao sistema de infra-estrutura, saúde, segurança, educação e transporte, como já diziam militantes do Movimento. Segundo reportagem da Folha de São Paulo do dia oito de março, “há um déficit de 2000 vagas nas escolas públicas; a espera por atendimento nos hospitais chega a dois

dias; a falta de leitos deixa pacientes em estado grave à espera de cirurgias por meses; as ruas mal asfaltadas, sem calçamento, estacionamentos e sinalização não comportam os 135 mil veículos que circulam pela cidade”. Problemas que só aumentam com a ida dos ribeirinhos atingidos pelas obras de hidrelétricas.

Progresso em desenvolvimento para quem? Este é o questionamento dos atingidos pelas barragens.

No dia 14 de março, os atingidos pelas barragens do Vale do Ribeira se mobilizaram na cidade de Adrianópolis (PR), em protesto contra a usina de Tijuco Alto. Desde a década de 1980, os ribeirinhos lutam contra a construção desta barragem, que é pleiteada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim. Depois de muitas idas e vindas, incluindo a saída do projeto da esfera estadual para a federal, o indeferimento do primeiro EIA-RIMA em 2003; e a apresentação de um novo em 2005, em fevereiro do ano passado, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) emitiu parecer favorável à obra, levando centenas de manifestantes a realizarem uma ação na sede do Ibama, em São Paulo, na jornada de lutas de março.

Em 2008, no mês de junho, militantes da Via Campesina e de organizações

Manifestações em vários pontos do país, na semana de luta contra barragens





destinados para a Reforma Agrária no Estado de São Paulo: 605 mil hectares pelo grupo, contra apenas 300 mil para as 15 mil famílias em assentamentos estaduais e federais.

No Paraná, 1.000 trabalhadoras da Via Campesina fizeram uma marcha pelo centro de Porecatu, no norte do Estado. A manifestação começou pela manhã, saindo do Centro Comunitário da Prefeitura até a praça central, onde foi realizada uma celebração com a partilha de alimentos da Reforma Agrária. Durante a caminhada as mulheres denunciaram o modelo do agronegócio, a produção dos monocultivos (da cana de açúcar, soja, eucalipto, pinus, entre outros) e as transnacionais, que destroem a biodiversidade, a cultura camponesa e inviabilizam a Reforma Agrária. (MMC) ■

barragens

urbanas ocuparam a sede da Votorantim na capital paulista. Na ocasião, a polícia reprimiu violentamente os manifestantes, deixando várias pessoas feridas. O MAB, a Via Campesina e demais organizações do Vale do Ribeira denunciaram o grupo Votorantim, pois é uma empresa que atua em vários setores industriais se apropriando da terra, das águas, dos minerais e da biodiversidade, privatizando todos estes bens. “A Votorantim consome cerca de 4% de toda a energia elétrica produzida no país, o que corresponde ao consumo de energia de um estado como Pernambuco, com 8 milhões de habitantes. A energia consumida é utilizada na produção de minérios e celulose, em sua grande maioria voltado para a exportação e nós não deixaremos que nos roubem nossas terras, nossos bens, para o acúmulo de capital dessa empresa”, afirmam as lideranças. Atingidos por barragens de todo o Brasil se mobilizaram reivindicando seus direitos e um novo projeto energético para o país. (MAB) ■

Resenha

CONVERSÃO DOS CATIVOS

Povos Indígenas e Missão Jesuítica

Leda Bosi
Sedoc

Os fatos históricos apresentados no livro têm como marco cronológico a época das missões jesuíticas até os acontecimentos decorrentes da expulsão dos jesuítas do território brasileiro em 1759 e da Espanha em 1768. Os textos refletem sobre esses fatos relacionados tanto com as atividades missionárias jesuíticas entre os povos indígenas como com a reação dos ameríndios frente ao avanço de tradições culturais alheias.

Paulo Suess, doutor em Teologia Fundamental, no artigo *A catequese nos primórdios do Brasil. Piratininga revisitado*, descreve as atividades missionárias realizadas a partir do Colégio de São Paulo de Piratininga, no início da sua história. Conforme Teodoro Sampaio, vemos o significado político da catequese missionária. Após o fracasso do sistema das *feitorias* e do sistema feudal das *Capitanias Hereditárias*, o rei de Portugal, D. João III, viu que a colônia “estava ameaçada de se perder”, e que “para domar esse povo, para conquistar o Brasil, só uma arma se lhe deparava irresistível, o Evangelho”.

O autor analisa as personalidades de Anchieta e Nóbrega e a forma encontrada para atingir o ideal missionário. Na análise dos fatos históricos da colonização, do contexto sociocultural da época e a **razão missionária** dos jesuítas, que “... exige dos Tupi aceitar a mitologia do colonizador, renunciar ao seu passado histórico e odiar sua tradição cultural”, o autor enfatiza a importância de se romper com o silêncio proibitivo que faz dos descertos da “conquista espiritual um tabu”, e se criar uma “consciência crítica” sobre a atuação e os métodos empregados pelos missionários.

José Oscar Beozzo, doutor em História pela USP, com base no documento *O Diálogo da Conversão do Gentio*, de Pe. Manuel da Nóbrega, escreve o artigo *A evangelização entre a persuasão e a força*. Ao longo de um estudo minucioso do documento elaborado no contexto da crise da missão jesuítica entre os nativos, percebida pelos missionários como “*trabalho em vão*”, o autor destaca o dilema entre abandonar o caminho missionário de persuasão e acolher o método da conversão pela força. Os colonos portugueses, com sua escravização do gentio da terra e que eram vistos inicialmente pelos jesuítas como o maior obstáculo à conversão, serão julgados

imprescindíveis para assegurar a evangelização na nova opção pela sujeição, como método a seguir.

No texto de Protásio Langer, professor de História da América, *Cartas geográficas edificantes: o imaginário da conversão dos povos indígenas nos mapas dos jesuítas Heinrich Scherer e Samuel Fritz*, o autor traz a proposta de interpretar a conotação teológico-catequética, política e ideológica das cartas geográficas. Nos temas dos mapas aparecem ilustrações da conversão das almas dos indígenas, a universalidade do catolicismo, a luta dos anjos jesuítas contra o demônio, dos indígenas convertidos ao pé da cruz. Ao examinar os detalhes das imagens que ilustram os mapas publicados na Europa, o autor percebe que, entre outros, eles tinham o propósito de divulgar o trabalho da Companhia de Jesus entre as pessoas de fora e assim atrair novos membros e missionários à causa da conversão dos indígenas.

O texto do historiador Benedito Prezia “*Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos: A frustrada missão entre os Maromomi*” procura destacar a presença indígena na história quinhentista de São Paulo. Este povo foi chamado mais tarde de Guarulho dando origem inicialmente à vila e depois à cidade de Guarulhos em São Paulo. Embora o estabelecimento da missão dos Maromomi tenha sido de certa forma um ganho para a colônia, correspondendo à expectativa da pacificação indígena, de outro lado o aldeamento frustrou o projeto missionário que acreditava que as missões seriam um refúgio para as comunidades indígenas contra a escravização reinante.

A partir dos registros de transformações na língua guarani, a antropóloga e historiadora Graciela Chamorro reflete no artigo *Sentidos da conversão de indígenas nas terras baixas sul-americanas. Uma aproximação lingüística*, sobre o impacto da conversão em povos indígenas. A autora pesquisou o guarani na região hoje localizada no Uruguai; no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil; no Oriente do Paraguai e no Nordeste da Argentina. Baseia-se nas fontes da obra lingüística do jesuíta Antonio Ruiz de Montoya (século 17), cujos trabalhos apresentam uma listagem de palavras e expressões em espanhol com seu equivalente em guarani. A autora faz uma análise lingüística sobre a conversão que a leva a concluir que a língua indígena não era só um meio de tradução do ideário cristão.

O texto do jesuíta Bartomeu Melià, *Escritos guarani como fontes documentais*



Paulo Suess, Bartomeu Melià,
José Oscar Beozzo, Benedito Prezia,
Graciela Chamorro, Protásio Langer;
tradução parcial Leszek Lech Antoni
São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora,
2009, 144p.

da história rio-platense, reflete sobre a ausência de textos em guarani quando se escreve a história do Paraguai. No entanto, como diz o autor, a língua guarani fazia história e escrevia história, não apenas nas missões jesuíticas, mas também como um meio de comunicação entre os próprios indígenas. Contrariamente ao que se diz, que o povo guarani seja um povo que tenha só uma tradição oral, a escrita histórica em guarani tem uma documentação extensa, embora muito escondida e quase nada conhecida. Os documentos são exemplos de uma postura de resistência dos Guarani frente à invasão política, cultural e religiosa, e testemunham a existência de uma história dos Guarani que “constroi sua própria visão sobre temas essenciais; uma mentalidade que {...} os portugueses e os espanhóis não entendem.”

As aproximações históricas reunidas no livro contribuem com valiosos subsídios para a reavaliação do passado (com suas mazelas e preconceitos), mas também para descobrir as riquezas culturais e as experiências históricas de nossos povos indígenas. É de se destacar a rica bibliografia que acompanha os textos e os mapas que ilustram o artigo do prof. Protásio Langer. ■



OS POTIGUARA ENTRE A BÍBLIA E A ESPADA

A conquista do Brasil, disputado por portugueses e seus rivais – espanhóis, franceses e holandeses –, levou também os indígenas a se dividirem em suas alianças. Foi isto que ocorreu por ocasião da invasão holandesa, do Nordeste, quando os batavos permaneceram no Brasil por 15 anos, de 1630 a 1645.

Com invasão da Bahia, ocorrida em 1624, os indígenas passaram a ser assediados por estes novos conquistadores. Quando, no ano seguinte, foram expulsos de Salvador, os holandeses dirigiram-se para a Paraíba, em busca de apoio.

Ali tiveram excelente recepção por parte dos Potiguara, que esperavam uma aliança mais promissora, já que os franceses haviam sido expulsos. Nessa ocasião seis jovens indígenas foram levados para a Holanda, onde seriam educados na cultura do país e no cristianismo reformado por Lutero, em vista de um breve retorno à América. Entre eles estava Pedro Poty e Antônio Paraupaba, que voltariam cinco anos depois, com a armada que iria conquistar Olinda. Foram eles os interlocutores que conseguiram levar o apoio de seus parentes aos novos ocupantes

A presença holandesa conseguiu mudar o cenário indígena do Nordeste. Os jesuítas foram expulsos dos aldeamentos, sendo substituídos por pastores protestantes, que começaram traduzir para o tupi a Bíblia e elaborar catecismos na nova doutrina. Em 1639, aldeamentos cristãos na linha protestante já eram quatro em Pernambuco, cinco em Itamaracá, sete na Paraíba e cinco no Rio Grande do Norte. Os Janduí do sertão, embora com mais autonomia, tornaram-se importantes aliados dos holandeses.

Avanços ocorreram: escravidão indígena foi proibida e o trabalho deveria ser remunerado. Em 1645 foi promulgada a *Lei do Ventre Livre*, isto é, em casos de índios se casarem com escravas africanas, ou de mulheres indígenas

casarem-se com negros, seus filhos eram considerados livres, podendo o pai ou a mãe escrava alforriar-se.

Apesar dessas vantagens, os portugueses conseguiram aliciar grupos indígenas e africanos. Em vista da expulsão dos holandeses a divisão se instalou em toda a região. Líderes Potiguara, de ambos os lados, passaram a trocar mensagens entre si, como a carta que Pedro Poty enviou a seu parente Felipe Camarão, recordando que os Potiguara encontravam-se “escravizados pelos perversos Portugueses, e muitos ainda o estariam, se não houvesse [ele] libertado”. Lembrava-lhe o massacre na Baía da Traição, quando 23 Potiguara presos foram executados, depois de terem se rendido, juntamente com um grupo holandês.

Os apelos de parte a parte, não surtiram efeito. Cada um se manteve de um lado. Felipe Camarão morreu ao lado dos portugueses depois da 1ª batalha dos Guararapes, em 1648, e Pedro Poty foi preso no ano seguinte, sendo levado para uma prisão em Olinda. Antonio Paraupaba, o cronista Potiguara, narra que preso, Poty, “constantemente açoitado, foi atirado (...) por cadeias de ferro nos pés e mãos a um enxovia [cela] escura, recebendo por alimento unicamente pão e água, e realizando ali mesmo, durante seis longos meses as suas necessidades”. Algumas vezes era permitido sair para tomar sol, mas nesse momento “via-se cercado repentinamente de religiosos [frades], e de alguns dos seus parentes [Potiguara], para (...) continuamente o instigarem a abjurar a religião que tem por hábito chamar uma renegada heresia”.

Sob pretexto de o transferirem para a Bahia, foi morto ao sair da prisão, confessando lealdade à religião reformada e aos Estados Gerais Holandeses.

A retomada portuguesa do Nordeste não trouxe a prometida autonomia e liberdade para os indígenas, que continuaram inspirando os movimentos libertários do Nordeste.

APOIADORES

caritas



PORANTIM